

**MÉDICOS, POLÍTICOS E CATÓLICOS: OS PRIMEIROS DISCURSOS E
AÇÕES DE COMBATE À LEPROSA NO CEARÁ (1918-1928)**

Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro
Mestra em História – UECE
Doutoranda em História – UFPE
gabrielabandeira@live.com

Resumo: O trabalho em tela tem por objetivo estabelecer alguns níveis de compreensão sobre as formas que médicos, católicos e políticos influenciaram nos rumos que o combate à lepra tomou no Ceará, buscando destacar como as ações desses grupos foram fundamentais para o modo que essa enfermidade foi combatida no estado durante o período de 1918 a 1928. Em 1918, a doença começou a ser considerada um grave problema que exigia atenção, motivando discursos e ações mais pontuais de combate à lepra, que partiam de diferentes setores da sociedade. Dessa forma, os jornais locais passaram a alertar para o problema que a doença representava e a exigir ações de saúde pública para conter o seu avanço, cobrando constantemente que os políticos eleitos agissem em prol da lepra. Porém, a ação dos políticos não foi a desejada e isso motivou iniciativas privadas de diferentes grupos da sociedade, com destaque para os católicos e os médicos. Desse modo, a partir de 1918, esses três grupos passaram a atuar no combate à doença e acabaram direcionando a forma que a lepra foi combatida no estado, o que culminou, inclusive, na inauguração do primeiro leprosário cearense, que foi edificado em Canafistula, distrito de Redenção, em 1928.

Palavras-chave: lepra; discursos; ações.

Em 1918, Carlos Ribeiro que era diretor de higiene do Ceará começa a alertar para a problema da lepra em seus relatórios:

É verdade que ha 2 annos o notável homem de letras Barão de Studart e eu, elle por philantropia eu por força do meu cargo, fomos durante algum tempo embalados pela ilusão de perto já se achara a realização de tão util medida. Por motivos, porem, muito superiores aos nossos esforços, ruiram todos os nossos castellos e abortou a tentativa. E nada mais me sendo dado fazer que fallar, é esta a 3ª. Vez que officialmente brado pela prophylaxia da lepra (RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1918, p. 13).

O médico afirma que esse alerta não é de hoje e que exige uma ação séria e urgente de combate à doença. Por acreditar na contagiosidade da lepra e também por conhecer os debates nacionais e mundiais sobre a doença (BECHLER, 2009), Ribeiro propõe o isolamento com a melhor alternativa: “[...] isolamento, isolamento e mais isolamento”

(RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1918, p. 16). Para justificar essa postura, Ribeiro utiliza duas estratégias. Na primeira, busca demonstrar o quanto a lepra cresceu a cada decênio, chegando em 1917 a ter 68 casos (sendo 6 já falecidos e 9 saído do estado) de lepra apenas em Fortaleza¹, de acordo os dados levantados pela Diretoria de Higiene. O médico defende que o número, mesmo sendo ainda consideravelmente pequeno, está duplicando a cada decênio e que era preciso começar a cuidar desse problema antes que chegasse a proporções maiores, como o caso do Pará e de São Paulo, que são destacados pelo médico no relatório. Já a segunda estratégia desempenhada por Ribeiro é comentar sobre os leprosos, destacando, principalmente, a possível forma que os indivíduos contraíram a lepra, a fim de provar a contagiosidade e poder afirmar seguramente: “E, uma vez que é o homem leproso, até hoje, o único habitat conhecido do bacillo causador da lepra, é forçosamente o homem leproso o unico focco contra o qual podemos consciente e racionalmente agir”. (RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1918, p. 16).

No restante do relatório, o médico aponta motivos para o isolamento que vão desde a necessidade que os leprosos têm de tratamento que, em sua opinião médica, pode ser melhor realizado em uma instituição; até como um meio de diminuir a mendicância dos leprosos, que causava tanto pavor na população sã devido ao contágio e as deformações causadas pelo avançar da doença: “Ao passo que, internatos em um isolamento, não só há mais probabilidade de cura, por maior facilidade de uma acção racional e conveniente, como desaparece, ou, na peor das hypotheses, diminue o perigo que elles constituem para a saúde publica (RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1918, p. 16 e 17).

Levando em conta a situação do Ceará, Ribeiro afirma que o ideal seria um isolamento em colônia modelo ou em ilhas, com isolamento compulsório sem exceções. Porém, diante da situação cearense, esse modelo seria impraticável, então o ideal era procurar um meio termo, menos oneroso, para praticar o isolamento. Para isso, Carlos Ribeiro apresenta o que denomina de programa para orientar o combate à lepra no estado, que incluía: ampliação da estatística para o interior do estado, através da notificação

¹Carlos Ribeiro afirma que os dados das outras cidades cearenses ainda não haviam chegado.

compulsória; realizar o exame bacteriológico para confirmação; divisão entre aqueles leprosos que não trarão dificuldades para o isolamento e aqueles que serão contra, sendo que, deste último grupo, os “mais ou menos abastados” poderão se submeter ao isolamento domiciliar e para os demais o médico defende a criação de uma lei especial que institua a obrigatoriedade do isolamento compulsório no Ceará (RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1918).

Motivado possivelmente por diversas questões e com um discurso ao mesmo tempo científico e amedrontador, já que trazia tantos dados médicos, como buscava destacar situações para gerar o medo na população Carlos Ribeiro tentou desenvolver uma primeira ação mais ampla de combate à lepra no estado, porém os resultados foram limitados e mal saíram do papel. Tendo apenas conseguido realizar mais estatísticas, fazer a vigilância de doentes e desinfetado algumas casas, recolhendo os pertences de alguns leprosos, o Ceará continuou sem um leprosário e os leprosos eram socorridos de modo emergencial e sem um local devidamente preparado para isso (FERREIRA, 2013). No relatório da Diretoria de Higiene datado de abril de 1919, Carlos Ribeiro contabiliza 70 leprosos em Fortaleza e lamenta o fato do relatório elaborado por ele não ter surtido efeito algum, pois o estado não dispôs verba suficiente para tal empreendimento (RELATÓRIO DA DIRETORIA GERAL DE HIGIENE, 1919).

Assim, mesmo com poucos efeitos, é indubitável afirmar que essa atitude pioneira de Carlos Ribeiro funcionou como uma base para ações de combate à lepra no estado, além de ter nos ajudado a entender que, mesmo a saúde pública ficando em segundo plano nas ações estatais, os médicos cearenses tinham vasto conhecimento sobre a lepra, tanto que a teoria do contágio e isolamento de leprosos foi uma constante no discurso de Ribeiro, recomendações que estavam em debate e ganhavam grande fortalecimento no Brasil. Carlos Ribeiro permaneceu como diretor de higiene até 1920, porém, mesmo após sua saída, o médico continuou se envolvendo, em alguns momentos, com o combate à lepra no Ceará.

Em 1919, a Diretoria de Higiene ganhou um novo reforço. Através de uma parceria com o governo federal, é fundado o Serviço de Saneamento Rural (SSR), também conhecido como Serviço de Profilaxia Rural (SPR):

[...] através do qual o governo federal transfere recursos aos estados para desenvolverem ações de saúde, principalmente o combate às endemias. São criados postos de saúde em Fortaleza e em várias cidades do interior: Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá, como também o dispensário de leprologia Oswaldo Cruz (BARBOSA, 1994, p.67 e 68).

Em 1919, a Diretoria de Higiene ganhou um novo reforço. Através de uma parceria com o governo federal, é fundado o Serviço de Saneamento Rural (SSR), também conhecido como Serviço de Profilaxia Rural (SPR):

[...] através do qual o governo federal transfere recursos aos estados para desenvolverem ações de saúde, principalmente o combate às endemias. São criados postos de saúde em Fortaleza e em várias cidades do interior: Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá, como também o dispensário de leprologia Oswaldo Cruz (BARBOSA, 1994, p.67 e 68).

O SSR foi fundado, inicialmente, para cuidar das: “[...] tres grandes endemias dos campos - uncinariose, impaludismo e doença de Chagas - e, subsidiariamente as outras doenças que grassam com aspecto epidemico ou endêmico” (BRASIL..., 1918) e, para combater essas doenças: “a União concorrerá para a execução dos trabalhos de saneamento rural com um terço da quantia despendida pelo Estado” (BRASIL... 1918). No Ceará, além do combate a essa endemias, o SSR também ficou responsável pelo cuidado com a lepra.

Dessa forma, na década de 20, no Ceará, os cuidados a lepra estavam restritos a atuação do SSR que, sem dúvida alguma, teve uma atuação pioneira, realizando as primeiras ações estatais mais sistemáticas de combate à lepra: “O Dispensário funcionava numa das dependências do Serviço de Saneamento Rural onde também foi iniciado o levantamento dos lázaros notificados em Fortaleza e aqueles do interior do Estado. No mesmo local, era feita a distribuição dos medicamentos para o tratamento domiciliar” (LIMA, 2007, p. 161).

Foi exatamente no período da década de 1920 que teve início na imprensa uma série de cobranças e posteriormente campanhas de combate à lepra. Essas cobranças,

inicialmente, se direcionavam especialmente ao SPR e partiam do jornal O Nordeste²: “Que tem feito a hygiene publica, a estadual e a comissão federal que aqui trabalhar para combater a morphéa?” (O NORDESTE, 26/07/1922, p. 1). As cobranças permanecem, chegando até 1923: “Mantem o governo da União um posto medico de prophylaxia da lepra em nossa capital. Já temos por varias vezes nos referido a inutilidade desse serviço” (O NORDESTE, 18/01/1923, p.1). O artigo, que não tem uma identificação que nos revele o escritor, afirma que os leprosos ficam soltos a rua, sem assistência nenhuma e transmitindo sua doença a todos, completando: “Não somos nós que o dizemos; são os medicos que o affirmam” (O NORDESTE, 18/01/1923, p.1).

Diante dessa crítica Amaral Machado, chefe interino do SSR no período, redige uma carta ao periódico cearense, afirmando que o serviço realiza ações acordo com os vencimentos que recebe:

Com tal somma e taes encargos, seria veleidade pensar-se em fazer o isolamento de leprosos. Para que o mal seja, porem, levado ao mínimo, são sustentados vinte e seis leprosos indigentes, dos quaes dezeseis tambem recebem tratamento therapeutico com a condição de não perambularem esses doentes pelas ruas e viverem mais ou menos segregados (O NORDESTE, 25/01/1923, p.1).

Amaral ainda afirma que a verba recebida pelo SSR também é destinada ao tratamento as doenças venéreas, o que dificulta mais ainda a atenção à lepra. Por fim, o médico destaca que a necessidade de um leprosário, deixando implícito que essa edificação não pode ficar só a cargo dos poderes públicos, mas também deve contar com: “[...] a grande cruzada das boas vontades e energias.” (O NORDESTE, 25/01/1923, p.1). Timidamente, Amaral solicita a ajuda do povo para edificar um leprosário no estado.

O periódico, na mesma edição, faz uma tréplica, respondendo as observações feitas por Amaral, sobretudo reafirmando o quanto parca é ação do SSR por só medicar 16 leprosos e elogiando aqueles que tentam fazer algo para combater à lepra, mas

²Jornal O Nordeste foi um periódico fundado em 1922 com o objetivo de defender os interesses da população cristã. Essa prática da Igreja Católica criar jornais foi muito presente no Brasil, posto que ela buscar galgar seu lugar social que ficou estremecido após o advento da república, que tornou o estado laico. Portanto, uma forma da Igreja Católica se aproximar de seus fiéis e conseguir novos foi através da utilização da imprensa. Cf: (PINHEIRO, 2013).

criticando fortemente o governo pela situação que o Ceará se encontrava: “Não nos resignaremos a emmudecer, enquanto virmos que os poderes publicos recorrem apenas a paliativos, em que derramam o rico dinheiro do povo sem obviar perigo tão grave e de consequencias sociaes as mais deploráveis” (O NORDESTE, 25/01/1923, p.1).

Pode-se afirmar com foi a partir da repercussão em torno do artigo publicado no periódico no dia 18 de janeiro de 1923 que tem início uma cobrança mais sistemática da imprensa relacionada ao combate à lepra por parte dos poderes públicos. Antes disso, outros periódicos já haviam cobrado maior atenção com a lepra, inclusive o próprio O Nordeste, que em 1922, ano de sua fundação, já fez artigos em prol da lepra, mas foi a partir de 1923 que essa cobrança ficou mais intensa, tanto no jornal O Nordeste, como em outros periódicos. Nesse momento, a ideia é analisar o que era publicado no jornal O Nordeste juntamente com um comparativo acerca das ações governamentais, pois um de nossos objetivos é compreender a ação religiosa em torno da lepra e já que a folha era de orientação cristã³, sendo utilizada pela Igreja Católica como seu porta-voz escolhemos nos aprofundar nesse periódico, buscando comparar ações católicas, médicas e políticas.

Talvez motivados pela ação católica de cobrança aos políticos cearenses e também pelo fato do presidente do estado Idelfonso Albano ter demonstrado interesse na edificação de um leprosário (O NORDESTE, 17/JUL/1923, p.1), o Centro Médico Cearense⁴ (CMC) realiza uma reunião para discutir o problema da lepra. A reunião é iniciada por Barão de Studart, que foi um dos primeiros médicos a alertar para o problema da lepra. Inclusive no mesmo dia da publicação do relato da reunião, também foi publicado o texto de Barão de Studart escrito em 1898, no qual ele alertava para os 32 primeiros casos de lepra, o que aponta certa aproximação entre o CMC e o jornal O Nordeste, ou seja, entre a os médicos e os católicos. Na reunião, o médico inicia com um

³De acordo Tânia de Luca (2005), um jornal é controlado pela linha editorial que ele segue, portando acredita-se que o fato da folha ter uma orientação católica, possibilitava um controle da Igreja Católica sobre o que era publicado no periódico, buscando sempre controlar os escritos a fim de garantir os interesses da igreja.

⁴O Centro Médico Cearense (CMC) foi uma associação fundada em 1913, inicialmente, formada pelos profissionais de saúde do Ceará (médicos, dentistas e farmacêuticos) com o objetivo de difundir os ideais e os interesses da classe médica cearense. Ele teve fases: a 1ª fase entre os anos de 1913 a 1919 e a 2ª fase nos anos de 1928 a 1979. Era o grupo responsável pela publicação da revista Ceará Médico. Cf: (GARCIA, 2009)

discurso de medo, afirmando que a resolução desse problema era necessária de forma urgente, pois estava em jogo: “[...] a segurança, os créditos e o futuro de nossa terra”. Alertando para a existência de em torno de 350 leprosos no Ceará, Studart defende a edificação de um leprosário, afirmando que desde 1915, ele tentava edificar a instituição, mas não teve verba governamental.

Após debates e sugestões que envolveram até a construção de dois leprosários, é decidido pela construção de um leprosário, em local a ser definido por uma comissão e Idefonso Albano, presidente do estado, compromete-se a edificar:

[...] uma colônia de leprosos, em que se aproveite o trabalho dos válidos, com hospital de recolhimento para os inválidos. Isto, quando aos que se sujeitem ao isolamento público. Aquelles que não se lhe submettem, serão obrigados a isolar-se no próprio domicílio, seguindo a risca a prescrições da hygiene pública (O NORDESTE, 18/JUL/1923, p.2).

Mesmo com essa movimentação, nada é feito e o leprosário não é edificado, como havia sido prometido. Essa situação só tem uma real mudança quando em 1926 ocorre a iniciativa por parte de Antônio Diogo, abastado industrial e capitalista cearense, de construir um leprosário com as suas próprias rendas. O jornal O Nordeste noticia essa novidade com muito entusiasmo e realiza uma entrevista com Diogo. Logo no início do diálogo, o industrial afirma que não busca reconhecimento por tal ato: “Essa minha idéia não visa benemerencia nem é filha do orgulho que não possuo, como você sabe. É simplesmente o desejo de minorar a sorte de alguns patricios que vivem execrados no meio da sociedade que os repelle e teme” (O NORDESTE, 14/AGO/1926, p.1). Apesar de Antônio Diogo enfatizar isso, como jornal de orientação católica, o periódico não deixa de exaltar o ato como de grande espírito benevolente e benemérito.

A ação de Antônio Diogo motiva uma série de iniciativas caritativas para o combate à lepra como os acadêmicos de direito:

Num gesto digno dos maiores encomios, a juventude academica da Faculdade de Direito do Estado, desfazendo a balela de que o Brasil é uma necropole de moços, acaba de se congregiar para uma campanha em prol da realização de uma das maiores aspirações do nosso povo.

Compreendendo a grandeza do gesto do benemérito capitalista coronel Antonio Diogo de Siqueira e a urgência da construção de um Leprosario no Ceará, os moços acadêmicos de Direito, tendo a frente esperançosos jovens (O NORDESTE, 17/08/1926, p.1).

O periódico, ao noticiar tal feito, não deixa de relembrar que toda a campanha foi iniciada graças a Antônio Diogo, o que trazia destaque ao industrial e motivava outras ações. Os acadêmicos de Direito continuam a campanha e inclusive se reúnem para discutir estratégias, o que era altamente divulgado pelo jornal:

Hontem mesmo, após essa reunião, o comitê nomeado entendeu-se pessoalmente, trocando sugestões, com o dr, Amaral Machado, director de Prophylaxia, com a exma. Sra d. Abigail Moreira da Rocha, e com o cel. Antonio Diogo de Siqueira, o abastado e benemérito capitalista que custeará a construção do Leprosario (O NORDESTE, 18/08/1926, p.8).

Com o decorrer dos dias, a adesão à campanha aumentou consideravelmente, bem como apelos no jornal O Nordeste que, em conjunto com os acadêmicos de direito, fazia questão de realizar ativamente em suas páginas. Os vários apelos sempre possuíam algo em comum: a caridade e o medo. Ao tentar influenciar a caridade das mães cearenses, a escrita presente no periódico é a seguinte:

Deveis ter visto, mães cearenses, quando, com vossos filhinhos, passaes pelas ruas mais centraes desta cidade, uns trapos humanos que vos estendem as mãos, pedindo-vos uma esmola. Muitas vezes, mães cearenses, nos dia de festa, nas horas de jubilo colectivo, deveis ter sentido a vossa alegria transformar-se em tristeza, ao contemplar a face desforme de alguns molambos vivos, na expressão mais triste da dôr. Pois bem, mães cearenses, esses molambos vivos, esses trapos humanos, são homens roídos pela lepra, são seres desventurados sobre cuja pelle a sorte maldita lançou a tunica lugubre de Lazaro (O NORDESTE, 18/08/1926, p.1).

Pelo trecho anterior é possível inferir que descrever o leproso como um perigo, tornando-o altamente indesejado no seio da sociedade era uma estratégia que continuava a se fazer presente nas páginas do periódico. Mas com qual objetivo? Sem dúvida, com

esse discurso, o medo era despertado e uma população com medo tende a ser mais caridosa.

Ainda em agosto de 1926, os apelos e doações são quase que diários na folha católica, o que demonstra como o jornal tinha interesse em se envolver nessa empreitada, já que dedicava considerável espaço em suas folhas, inclusive a lepra tendo aparecido na primeira página de modo constante. Com relação aos acadêmicos de direitos, a parceria entre os jovens e o jornal O Nordeste é inegável, já que o periódico acompanhou e divulgou diariamente o que esse setor da sociedade estava decidindo e realizando, como arrecadações, festivais e quermesses, sempre vangloriando seus feitos:

Soubemos também que, no louvável intuito de concorrer para esse humnitarío fim, um grupo de talentosos academicos pretende ensinar no Theatro José de Alencar os dramas - <Ceia dos Cardiaes > e <Ceia dos Coroneis>, revertendo o producto das entradas em beneficio do Lazareto. [...] Attendendo à patriotica e humanitária campanha dos rapazes academicos, fica aberta nesta redacção, uma subscrição Pró-Leprosaria, podendo os nossos leitores enviar-nos os seus generosos obulos, que serão publicados, diariamente, nas columnas deste vespertino (O NORDESTE, 19/08/1926, p.1).

Dessa forma, o periódico traz para si e, portanto, para a Igreja Católica, da qual era o representante uma responsabilidade no combate à lepra: receber doações. Porém, além de receber, divulgava o que ou quanto era doado em suas páginas, o que contribuiu para que a lepra se fizesse cada vez mais presente na folha, funcionando como uma estratégia da Igreja Católica para ganhar mais destaque e também exercer controle na caridade, que era considerada um função cristã.

O campanhismo iniciado pelo jornal O Nordeste através das ações de Antônio Diogo e dos Acadêmicos de Direito acabou contribuindo para uma adesão cada vez maior da população em geral, como a Phenix Caixerai: “Esta associação dos empregados no commercio vae agir intensamente, espalhando listas pela cidade, pelo interior e pelos outros Estados, devendo cada pessoa dar, pelo menos mil réis. Outras medidas de propaganda vae tomar a benemerita sociedade” (O NORDESTE, 20/08/1926, p.1).

Através das páginas do periódico, a adesão particular continua aumentando, de modo que o Cinema Moderno e o Theatro José de Alencar fazem sessões especiais em

prol dos leprosos, associações das mais diversas profissões passam a angariar donativos entres eles, clubes cedem seus espaços para a realização de festivais beneficentes, eventos organizados pelas senhoras da elite cearense, quartéis se organizam para realizar doações, artistas realizam eventos para reverter os ganhos na construção do leprosário (O NORDESTE, 20/08/1926, p.1); (O NORDESTE, 24/08/1926, p.1); (O NORDESTE, 25/08/1926, p.1).

Apesar de toda essa movimentação da caridade, o papel dos poderes públicos como responsáveis pelo combate à lepra não é esquecido. Frequentemente são feitas cobranças direcionadas ao Estado, que são acompanhadas de elogios a ação caritativa.

Não podemos mais duvidar de que o povo está disposto a ajudar decididamente o governo na solução dessa questão vital. O movimento generoso e bello que se desenvolve nesse sentido não nos permite sinão confiar em que não escasseará o auxílio da população. [...]. Como quer que seja, o que se faz necessario é que o governo não deixe novamente adormecido o problema e se aproveite da oportunidade para resolvê-lo de maneira definitiva e satisfactoria pata todos (O NORDESTE, 20/08/1926, p.1).

Mesmo assim, as ações públicas continuam pontuais, como relata o próprio jornal:

Na sessão de hontem da Assembléa, o deputado Cesar Cals apresentou e foi julgado objeto de consideração, um projecto de lei autorizando o governo do Estado a concorrer com cincoenta contos de réis para auxiliar a cnstrução da colônia de leprosos de Cannafistula.[...] Louvamos a iniciativa do poder lesgislativo, apenas lamentando que seja tão minguido o concurso dos poderes publicos para obra tão notável de saúde collectiva como seja o asylamento dos leprosos (O NORDESTE, 25/08/1926, p.1).

Apesar das ações caritativas continuarem figurando no jornal O Nordeste, é possível perceber uma diminuição na quantidade de publicações de donativos, talvez motivadas pela redução nas doações. Também é perceptível que a lepra começou a deixar de ter espaço na primeira página do periódico, o que demonstra uma diminuição do interesse no assunto da lepra.

Mesmo assim, com poucas doações, Antônio Diogo cumpre o prometido, finalizando a construção de 32 casas para os leprosos (O NORDESTE, 26/11/1926, p.1). De certo modo, essa nova notícia trouxe novo ânimo para o combate à lepra e o periódico voltou a trazer a doença e seus alertas, agora direcionado para a presença de leprosos nos ônibus da capital: “Sentado no estribo do carro, ia uma pobre criança. Talvez dez, talvez doze anos! De todos saiu um grito de espanto e de horror. O pobrezinho estava com o corpo completamente comido pelo mal de Lazaro! [...] O pobrezinho olhava dolorosamente. À mão, um caneco”. (O NORDESTE, 16/12/1926, p.1).

Com a promessa de Diogo finalizada, ainda havia muito a ser feito e o jornal O Nordeste continua a apelar para a caridade cristã. Em meio a críticas ao governo estadual e elogios a ação da caridade particular, o leprosário Antônio Diogo é inaugurado em 1º de agosto de 1928, quase dois anos após o anúncio da doação de Antônio Diogo e já tendo um novo presidente do Estado, Matos Peixoto. Aparentemente com o problema da água solucionado (O NORDESTE, 26/05/1928, p.1) e o local estava pronto para receber os doentes. A notícia toma as páginas dos periódicos e o jornal O Nordeste não fica de fora e tece imensos elogios ao envolvidos nessa edificação. No artigo que é detalhada a inauguração, os discursos proferidos também são inflamados, sem deixar de lembrar em momento algum que se o leprosário existe, é graças a iniciativa da caridade:

Está, assim, inaugurado e já vae funcionar o Leprosario de Canafistula, que, agora, mais do que nunca, necessita do auxilio dos poderes publicos e do povo em geral, pois terá de manter com relativo conforto todos os leprosos que hoje habitam Fortaleza, vivendo na maior promiscuidade. Essa obra gigantesca, não tanto pelo seu vulto material mas pelo muito de esforço de que necessitou para ser concluída, é um atestado perene do quanto pôde a magnanimidade do coração cearense. <O Nordeste> felicita calorosamente a digna comissão pró-Leprosario, pela de humanidade e patriotismo levada a bom terno e que trará bem sem conta ao nosso Estado (O NORDESTE, 03/08/1928, p.5).

Dessa forma, buscamos levantar algumas considerações sobre como esses grupos locais se organizaram em torno do combate à lepra, orquestrando um período de intensas cobranças, opiniões e ações caritativas, tendo sido fundamentais para a construção do primeiro leprosário cearense.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, José Policarpo. **História da saúde pública do Ceará**: da Colônia a Vargas. Fortaleza: UFC, 1994.

BECHLER, Reinaldo. Muito mais do que o isolamento em questão: ciência, poder e interesses em uma análise das duas primeiras conferências internacionais de lepra – Berlim 1897 e Bergen 1909. **Temporalidades**, Belo Horizonte, MG, v.1, n. 2, p.176-201, ago/dez, 2009.

CUNHA, Vivian. **O Isolamento compulsório em questão**: Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 2005.151f. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **“Lazarópolis”**: A lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935). 2009. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2011.

GARCIA, Ana. **A ciência na saúde e na doença**: Atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935). 2011. 199f. Tese (Doutorado em História) – Pontfícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA, Zilda. **O grande polvo de mil tentáculos**: a lepra em Fortaleza (1920-1942). 2007.293f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINHEIRO, Francisca. “Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública”: a atuação do jornal O Nordeste no combate à lepra em Fortaleza (1922-1930). Monografia (Licenciatura em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

Fontes citadas

Periódicos

Jornal O Nordeste – Fortaleza - 1922 a 1926

Leis federais

BRASIL, Coleção de leis. Decreto de nº 13.001, de 1º de maio de 1918. Rio de Janeiro, [s.n], 1918.

Relatórios e Regulamentos

RELATÓRIO da Inspeção de Higiene, Fortaleza [s.n], 1918.

RELATÓRIO da Diretoria Geral de Higiene, Fortaleza [s.n], 1919.